

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Associação das Pioneiras Sociais - APS (“Entidade” ou “Associação”), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada pela Lei nº 8.246/91 e instituída pelo Decreto nº 371/91, é administradora da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, constituída pelas Unidades Hospitalares localizadas em Brasília, Salvador, Belo Horizonte, São Luís, Fortaleza, Rio de Janeiro, Macapá e Belém. O endereço registrado da Entidade é Setor Médico Hospitalar Sul, Quadra 101 Bloco B, nº 45 Edifício Pioneiras Sociais, Asa Sul, Brasília - DF.

O objetivo da Entidade é prestar assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolver atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde. O Contrato de Gestão assinado em 27 de dezembro de 1991 entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a Associação das Pioneiras Sociais - APS, com interveniência dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, teve como propósito contribuir ou reforçar o atingimento de objetivos de políticas públicas, com vistas a alcançar uma superior qualidade de serviço prestado ao cidadão. O Contrato de Gestão é um instrumento de implementação, supervisão e avaliação de políticas públicas, de forma centralizada, racionalizada e autonomizada, na medida em que vincula recursos aos resultados alcançados com a execução do contrato.

Os recursos para a consecução dos objetivos da Associação são repassados pela União através de dotação aprovada anualmente, conforme está previsto no Contrato de Gestão firmado entre as partes. Em 18 de dezembro de 2015, foi assinado o último Contrato de Gestão, com a vigência do contrato pelo prazo de cinco anos, a contar de 1º de janeiro de 2016, podendo ser renovado após avaliação das demonstrações que comprovem a consecução dos objetivos e das metas estabelecidos.

2 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o ITG 2002 (R1), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi deliberada pela Diretoria da Entidade, em 14 de março de 2019, e a sua aprovação será realizada pelo Conselho de Administração no dia em 15 de abril de 2019.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais da Entidade no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 6.o.

3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e amortizações sobre ativos intangíveis (para mais detalhes, vide notas explicativas nº 6.h e 6.i), provisão para riscos trabalhistas e cíveis (nota explicativa nº 18) e premissas atuariais para benefícios pós-emprego (nota explicativa nº 22). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou da sua liquidação.

6 Principais políticas contábeis adotadas

Dentre as principais políticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

a. Receita operacional

A receita corresponde à dotação aprovada anualmente no Orçamento Geral da União, deduzido dos eventuais cancelamentos orçamentários autorizados por Decreto. A receita é reconhecida *pro rata* mês, em conformidade com o valor aprovado na Lei Orçamentaria Anual (LOA).

b. Benefícios pós-emprego

Conforme mencionado no art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 8.246/91, a Entidade mantém plano de suplementação de aposentadoria e pensão a seus empregados. O plano possui características de contribuição variável, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições, em caso de invalidez ou morte.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário externo, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação reconhecidos no resultado durante o período laborioso dos empregados. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Entidade, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano.

Ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, quando aplicável, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

d. Créditos orçamentários a receber

Referem-se aos valores a receber da União, por meio de dotação orçamentária anual. Eventuais créditos orçamentários cancelados são revertidos contra o resultado, no momento da ocorrência e da divulgação governamental.

e. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio das datas de cada transação. As variações da taxa de câmbio dos itens financeiros são reconhecidas no resultado, de acordo com a competência.

f. Estoques

São avaliados com base no custo histórico. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderável móvel.

g. Demais ativos circulantes

Demonstrados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

h. Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou de construção, deduzidos da respectiva depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, em função do tempo de vida útil estimado dos bens. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Apresentam-se, a seguir, os prazos das vidas úteis estimadas das principais classes do ativo imobilizado para o exercício corrente:

Edificações de uso hospitalar e geral	60 a 68 anos
Edificações dos Galpões	40 a 48 anos
Equipamentos de informática	4 a 5 anos
Máquinas, aparelhos, equipamentos e instalações	10 anos

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado.

A Entidade realiza, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica do valor residual dos seus bens, com base em avaliações técnicas de engenheiros e profissionais especialistas nas áreas. Não houve alteração na estimativa da vida útil dos bens em 2018.

i. Intangível

Compreende licenças de programas de computador (*softwares*), que são capitalizadas pelo custo de aquisição e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que é de cinco anos; e marcas, direitos e patentes com a vida útil estimada em 15 anos; ambos reconhecidos diretamente no resultado.

j. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Passivos circulantes e não circulantes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

l. Provisões

Uma provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, é reconhecida embasada na estimativa de valor e na probabilidade de perda, de acordo com as informações fornecidas pelos consultores jurídicos da Entidade.

m. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

n. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os créditos orçamentários a receber são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

o. Mudança nas principais políticas contábeis

A Entidade adotou os pronunciamentos CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Entidade.

a. CPC 47 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 (R1) Receitas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Conforme mencionado na nota explicativa 6.a, a Entidade reconhece suas receitas *pro rata* mês conforme montante orçamentário definido para suas atividades na Lei Orçamentária Anual. Desse modo, a Administração avaliou os requerimentos da nova norma e entende que não existam impactos significativos na adoção inicial.

b. CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As mudanças estão descritos a seguir:

(i) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados a custo amortizado, VJORA - valor justo por meio de outros resultados abrangentes e VJR - valor justo por meio do resultado. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis relacionadas a passivos financeiros.

O impacto do CPC 48 na Classificação e Mensuração de ativos e passivos financeiros está descrito abaixo:

Instrumento financeiro	Classificação original de acordo com o CPC 38	Classificação original de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Valor contábil original de acordo com o CPC 48
Caixa e equivalente de caixa	Empréstimos e recebíveis	VJR	287.458	287.458
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR	375.133	375.133
Créditos orçamentários a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	58.090	58.090
Créditos com empregados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	6.684	6.684
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.660	2.660
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	8.722	8.722
Outras obrigações	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	787	787
			<u>739.534</u>	<u>739.534</u>

(ii) *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 substituiu o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 não levou a nenhum reconhecimento adicional de provisão para seus ativos financeiros. Para os principais ativos financeiros da Entidade, sendo estes caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras não foram identificados impactos dados os ratings elevados das contrapartes.

p. Nova norma a ser adotada

CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil - tem como objetivo introduzir exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos. O pronunciamento fornece um modelo único de contabilização dos arrendamentos, requerendo que o arrendatário reconheça os ativos e passivos para todos os contratos de arrendamentos, a menos que o prazo do contrato seja inferior a 12 meses ou o valor do ativo objeto do *leasing* tenha baixo valor. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo continuar classificando os contratos de *leasing* como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17. A Entidade não terá impacto, uma vez que não possui bens arrendados.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média a.a.	Vencimento (em anos)	Index	2018	2017
Caixa					
Caixa geral				139	5
Conta-corrente				8	2
				<u>147</u>	<u>7</u>
Equivalentes de caixa					
Fundo de curto prazo		-	CDI	-	179.210
Operações compromissadas	99%	1	CDI	178.737	78.731
Certificado de depósito bancário	96% a 101,60%	3	CDI	31.464	29.510
				<u>210.201</u>	<u>287.451</u>
Total				<u>210.348</u>	<u>287.458</u>

Os recursos estão aplicados em instrumentos financeiros com compromisso de liquidez diária nas instituições financeiras Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, com o objetivo de manter o seu poder de compra até a sua utilização, na consecução das atividades operacionais da Entidade. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros está evidenciada na nota explicativa 25.1.

8 Aplicações financeiras

	Taxa média a.a.	Vencimento (em anos)	Index	2018	2017
Operações compromissadas	99% a 101,50 %	1- 4	CDI	344.132	260.653
Certificado de depósito bancário	98,10 % a 102,50%	1-5	CDI	<u>293.841</u>	<u>114.480</u>
Total				<u>637.973</u>	<u>375.133</u>

Os recursos estão aplicados, substancialmente, em operações compromissadas, com liquidez diária e rentabilidade de 98,10% a 102,50% do CDI (101,50 % a 102,50% do CDI em 31 de dezembro de 2017), em instituições financeiras públicas federais, com o objetivo de manter o seu poder de compra até a sua utilização, basicamente para atender à liquidação de obrigações decorrentes de sentenças judiciais, obrigações do passivo circulante, renovação dos equipamentos médico-hospitalares, bem como reformas e atualizações estruturais das edificações das Unidades Hospitalares e para a manutenção de funcionamento da Rede de Hospitais, considerando uma margem de segurança para possíveis atrasos nos repasses dos duodécimos. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros está evidenciada na nota explicativa 25.1.

9 Créditos orçamentários a receber

Em 31 de dezembro de 2018 os créditos orçamentários a receber totalizavam R\$ 2.728 (R\$ 58.090 em 2017). Estão representados por recursos provenientes do Orçamento Geral da União do exercício de 2018 empenhados e não repassados no valor de R\$ 400, de recursos empenhados referente ao exercício de 2017 no valor de R\$ 2.069, de recursos empenhados referente ao exercício de 2016 no valor de R\$ 259 e do saldo de R\$ 100 referente ao exercício de 2012, que se encontra integralmente provisionado.

10 Estoques

	2018	2017
Material de consumo	10.475	10.394
Outros	<u>221</u>	<u>280</u>
Total	<u>10.696</u>	<u>10.674</u>

O estoque de material de consumo representa, relevantemente, os produtos hospitalares que são utilizados na prestação dos serviços médicos. A Administração efetua, periodicamente, o inventário físico dos estoques.

11 Outros Créditos

	2018	2017
Adiantamento a fornecedores	150	171
Importações em andamento	1.284	365
Despesas antecipadas (i)	2.838	1.998
Outros	100	126
Total	4.372	2.660

(i) Refere-se em suma a saldo de serviços de terceiros a incorrer e assinaturas de periódicos.

12 Ativo atuarial

Ativos atuariais de benefícios pós-emprego

	2018	2017
Plano Previdência SARAHPREV	69.377	68.314

Na avaliação atuarial, detalhada na nota explicativa nº 22 - Benefícios pós-emprego, foi apurado o montante de R\$ 69.377 de Ativo de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2018, em virtude da reversão do Fundo Previdencial do plano para cobertura das contribuições futuras dos benefícios de risco conforme aprovado, em 3 de dezembro de 2014, no plano de custeio do plano pela SARAHPREV, sendo efetivamente revertido à APS (patrocinadora), a título de redução das contribuições futuras de risco. O referido limite foi apurado considerando o valor presente das contribuições de risco de 1,44% sobre a Folha de Salário Futura dos atuais Empregados da APS vinculados ao Plano SARAHPREV.

Em atendimento ao Pronunciamento CPC 33_R1, amparado no item 57 e na alínea c do item 65, a patrocinadora reconheceu o montante de R\$ 1.063 decorrente da atualização da provisão e da receita reconhecida no exercício, totalizando o montante de R\$ 69.377 como ativo atuarial em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 68.314 em 31 de dezembro de 2017).

As movimentações do ativo atuarial para os exercícios de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	2018	2017
Saldo anterior	68.314	65.336
Adições	1.063	2.978
Saldo final	69.377	68.314

13 Depósitos judiciais

Descrição	Depósito judicial	Provisão	2018	2017
			Líquido	Líquido
Comerciais				
COPASA	-	-	-	771
	-	-	-	771
Fiscais				
ICMS sobre importações (a)	-	-	-	15.525
IPI sobre importações (b)	520	-	520	489
	520	-	520	16.014
Total	520	-	520	16.785

- (a) Refere-se a processo judicial no qual era questionado o recolhimento de ICMS sobre importações realizadas pela Entidade e para o qual foi requerido o depósito em juízo dos valores no decorrer do processo. Durante o exercício de 2018 a APS teve causa ganha e o valor outrora depositado em juízo foi levantado pela Entidade.
- (b) IPI incidente sobre importações de produtos médico-hospitalares sem similar nacional, em discussão com a Receita Federal do Brasil, e a perícia desenvolvida no processo foi inteiramente favorável à Entidade.

As movimentações dos depósitos judiciais apresentadas no ativo realizável a Longo Prazo nos exercícios de 2018 e 2017 foram as seguintes:

	2018	2017
Saldo anterior	16.785	14.050
Adições	191	1.686
Baixas	(16.882)	(4)
Atualizações	394	1.049
Constituições/reversões	32	4
Saldo final	520	16.785

14 Adiantamento a fornecedores

Está representado por créditos junto a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, referente ao acordo celebrado em 22 de maio de 2018. O crédito se refere a quantias pagas indevidamente pelos serviços de água e esgoto, no período de junho de 1997 a abril de 2002. O montante total mensurado no Termo de Acordo com a Caesb foi de R\$ 22.676 reconhecido em contraparte da rubrica de "Outras Receitas".

Este valor será recebido, em parcelas mensais, por meio dos serviços regulares de abastecimento de água e esgotamento sanitário das unidades de Brasília da Associação das Pioneiras Sociais - APS no montante de 919.178 m³ de água. O valor presente do saldo a receber foi calculado pela quantidade de m³ de água a serem recebidos por mês multiplicados pela tarifa de água vigente do ano calendário. O prazo estimado de uso deste crédito é de 8 anos levando-se em consideração o consumo médio da Entidade.

A segregação do montante conforme sua liquidez foi realizada utilizando como referência o consumo cúbico da faturas do mês de maio de 2018; utilizada como referência também no termo de acordo entre CAESB e a Entidade.

	2018	2017
Crédito junto a CAESB (Nota Explicativa 20.b)	21.075	-
	21.075	-
Circulante	3.068	-
Não circulante	18.007	-

15 Imobilizado e intangível

a. Movimentação do ativo imobilizado

Imobilizado depreciable	Saldo 2017	Adições	Alienações/ baixas	Transferências	Saldo 2018
Edificações	557.177	-	-	1.471	558.648
Máquinas e equipamentos	240.612	18.824	(5.974)	125	253.587
Equipamentos de informática	38.026	9.348	(4.633)	2	42.743
Instalações	38.013	1.915	(39)	53	39.942
Móveis, utensílios e instrumentos	34.323	1.067	(122)	341	35.609
Veículos	4.672	171	(113)	-	4.730
Embarcações	456	81	(52)	-	485
Total do custo	913.279	31.406	(10.933)	1.992	935.744
(-) Edificações	(196.603)	(7.562)	-	-	(204.165)
(-) Máquinas e equipamentos	(163.227)	(15.299)	5.423	(4)	(173.107)
(-) Equipamentos de informática	(25.131)	(6.375)	3.832	4	(27.670)
(-) Instalações	(25.655)	(2.483)	35	(27)	(28.130)
(-) Móveis, utensílios e instrumentos	(23.687)	(2.328)	117	27	(25.871)
(-) Veículos	(4.290)	(185)	113	-	(4.362)
(-) Embarcações	(380)	(21)	47	-	(354)
Total da depreciação acumulada	(438.973)	(34.253)	9.567	-	(463.659)
Total do imobilizado depreciable	474.306	(2.847)	(1.366)	1.992	472.085
Imobilizado não depreciable					
Edificações em andamento	7.201	7.996	-	(1.471)	13.726
Terrenos	1.066	-	-	-	1.066
Outros	1.450	3.856	-	(555)	4.751
Total do imobilizado não depreciable	9.717	11.852	-	(2.026)	19.543
Total do imobilizado	484.023	9.005	(1.366)	(34)	491.628

Imobilizado depreciable	Saldo 2016	Adições	Alienações/ baixas	Transferências	Saldo 2017
Edificações	555.122	-	-	2.055	557.177
Máquinas e equipamentos	233.258	10.301	(3.755)	808	240.612
Equipamentos de informática	43.142	3.496	(8.563)	(49)	38.026
Instalações	35.645	2.344	(397)	421	38.013
Móveis, utensílios e instrumentos	34.045	1.201	(874)	(49)	34.323
Veículos	6.101	-	(1.429)	-	4.672
Embarcações	714	11	(269)	-	456
Total do custo	908.027	17.353	(15.287)	3.186	913.279
(-) Edificações	(189.109)	(7.494)	-	-	(196.603)
(-) Máquinas e equipamentos	(150.970)	(15.835)	3.580	(2)	(163.227)
(-) Equipamentos de informática	(29.680)	(3.945)	8.492	2	(25.131)
(-) Instalações	(23.666)	(2.334)	346	(1)	(25.655)
(-) Móveis, utensílios e instrumentos	(22.287)	(2.223)	822	1	(23.687)
(-) Veículos	(5.300)	(419)	1.429	-	(4.290)
(-) Embarcações	(630)	(19)	269	-	(380)
Total da depreciação acumulada	(421.642)	(32.269)	14.938	-	(438.973)
Total do imobilizado depreciable	486.385	(14.916)	(349)	3.186	474.306
Imobilizado não depreciable					
Edificações em andamento	4.293	5.426	(69)	(2.449)	7.201
Terrenos	1.066	-	-	-	1.066
Outros	1.634	555	(1)	(738)	1.450
Total do imobilizado não depreciable	6.993	5.981	(70)	(3.187)	9.717
Total do imobilizado	493.378	(8.935)	(419)	(1)	484.023

b. Movimentação do ativo intangível

Intangível	Saldo 2017	Adições	Alienações/ baixas	Transferências	Saldo 2018
Marcas, direitos e patentes	20	-	-	-	20
Softwares	11.359	935	(46)	34	12.282
Total do custo	11.379	935	(46)	34	12.302
(-) Marcas, direitos e patentes	(12)	(1)	-	-	(13)
(-) Softwares	(9.147)	(869)	46	-	(9.970)
Total da amortização acumulada	(9.159)	(870)	46	-	(9.983)
Total do intangível	2.220	65	-	34	2.319

Intangível	Saldo 2016	Adições	Alienações/ baixas	Transferências	Saldo 2017
Marcas, direitos e patentes	20	-	-	-	20
<i>Softwares</i>	<u>10.772</u>	<u>767</u>	<u>(180)</u>	<u>-</u>	<u>11.359</u>
Total do custo	<u>10.792</u>	<u>767</u>	<u>(180)</u>	<u>-</u>	<u>11.379</u>
(-) Marcas, direitos e patentes	(11)	(1)	-	-	(12)
(-) <i>Softwares</i>	<u>(8.497)</u>	<u>(829)</u>	<u>179</u>	<u>-</u>	<u>(9.147)</u>
Total da amortização acumulada	<u>(8.508)</u>	<u>(830)</u>	<u>179</u>	<u>-</u>	<u>(9.159)</u>
Total do intangível	<u>2.284</u>	<u>(63)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>2.220</u>

Adições

As adições, em 2018, no valor total de R\$ 44.193 (R\$ 24.101 em 31 de dezembro de 2017), compõem-se de R\$ 7.996 (R\$ 5.426 em 31 de dezembro de 2017) relativos aos gastos incorridos com obras nas Unidades Hospitalares e R\$ 36.197 (R\$ 18.675 em 31 de dezembro de 2017) destinados, significativamente, à atualização tecnológica e à reposição de instalações, equipamentos, instrumentos, *softwares* e sistemas médico-hospitalares.

16 Obrigações sociais e trabalhistas

	2018	2017
Provisão de férias	72.038	69.436
Encargos sobre provisão de férias	5.755	5.544
Horas extras a compensar/pagar	<u>1.401</u>	<u>2.180</u>
Total	<u>79.194</u>	<u>77.160</u>

17 Obrigações tributárias

	2018	2017
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	17.765	17.333
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Retido	2.133	2.060
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	6.295	6.119
Outros	<u>162</u>	<u>130</u>
Total	<u>26.355</u>	<u>25.642</u>

18 Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

A Entidade é parte passiva em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas, cujos valores apresentados estão deduzidos dos depósitos judiciais vinculados. A Administração, com as informações de seus assessores jurídicos, efetua periodicamente a avaliação da probabilidade de perda dos processos. As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são constituídas com base nas estimativas de desembolsos dos processos judiciais com probabilidade provável, independentemente de terem sido julgados.

a. Classificação dos processos

A Administração da Entidade e seus assessores jurídicos classificam, em conjunto, os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Valores em 31 de dezembro de 2018		Provisão registrada	
	Possível	Provável	2018	2017
Trabalhistas	18.308	28.731	28.731	24.885
Cíveis	17.216	-	-	-
Depósitos judiciais - Vinculados às provisões (Nota Explicativa 18.b)			(7.070)	(7.681)
Total das provisões líquidas			21.661	17.204
Circulante (i)			627	2.719
Não circulante			21.034	14.485

- (i) Representam os valores dos processos judiciais que estão em fase de execução, pois há grande probabilidade de serem pagos no exercício seguinte.

b. Passivos contingentes - Prováveis

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis pelos assessores jurídicos, a Entidade constituiu provisão com a seguinte movimentação no exercício de 2018:

	2017	Adições	Atualizações	Const/Reversão	2018
Provisões					
Trabalhistas	24.885	-	3.151	695	28.731
Depósitos jud. vinculados	(7.681)	(722)	(229)	1.562	(7.070)
Total	17.204	(722)	2.922	2.257	21.661
	2016	Adições	Atualizações	Const/Reversão	2017
Provisões					
Trabalhistas	22.939	-	2.715	(769)	24.885
Cíveis	73	-	-	(73)	-
Depósitos jud. vinculados	(7.231)	(3.141)	(297)	2.988	(7.681)
Total	15.781	(3.141)	2.418	2.146	17.204

As adições de provisões trabalhistas possuem a contrapartida no resultado na rubrica “Despesas de Pessoal”, inclusive a reversão.

Trabalhistas

O valor da provisão em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 28.731 (R\$ 24.885 em 31 de dezembro de 2017) com depósitos judiciais vinculados de R\$ 7.070 (R\$ 7.681 em 31 de dezembro de 2017).

19 Patrimônio social

O patrimônio social é composto por outros resultados abrangentes no valor de R\$ 59.089 (R\$ 57.751 em 31 de dezembro de 2017), pelo patrimônio social R\$ 1.126.454 (R\$ 1.027.967 em 31 de dezembro de 2017) e pelo superávit acumulado no valor de R\$ 136.361 (R\$ 98.487 em 31 de dezembro de 2017).

Outros resultados abrangentes referem-se aos ganhos e às perdas atuariais acumulados até a data das demonstrações contábeis dos benefícios de risco, conforme nota explicativa nº 22.

20 Desdobramento de itens relevantes da demonstração do resultado

a. Receita operacional

	2018	2017
Dotação inicial	1.090.193	1.054.225
Reversão de valores não empenhados	<u>-</u>	<u>(26.143)</u>
Total empenhado	<u>1.090.193</u>	<u>1.028.082</u>

b. Outras receitas

	2018	2017
Reversão de pagamentos - Caesb (Nota explicativa nº 14)	<u>22.676</u>	<u>-</u>
Total	<u>22.676</u>	<u>-</u>

c. Despesas de pessoal

	2018	2017
Remuneração	677.507	658.031
Benefícios	81.249	62.759
Encargos	54.509	57.644
Outros	<u>13.345</u>	<u>30.680</u>
Total	<u>826.610</u>	<u>809.114</u>

d. Despesas com materiais

	2018	2017
Materiais hospitalares	71.167	70.249
Materiais para manutenção/conservação	25.702	23.126
Outros materiais	<u>6.230</u>	<u>5.714</u>
Total	<u>103.099</u>	<u>99.089</u>

e. Despesas com serviços

	2018	2017
Tarifas públicas	23.143	22.836
Serviços especializados	7.036	6.821
Serviços de manutenção/conservação	26.113	23.596
Outros	2.897	3.486
Total	59.189	56.739

21 Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos de incêndio era composta por R\$ 911.578 e a cobertura de veículos era de 100% da tabela FIPE mais R\$ 50 por veículo e por evento para danos materiais e corporais causados a terceiros (RCF-V) e R\$ 30 por passageiro e por evento (M/IP) para Acidentes Pessoais de Passageiros (APP).

22 Benefícios pós-emprego

a. Descrição das características do plano

Conforme previsto no art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 8.246/91, a Associação mantém plano de suplementação de aposentadoria e pensão a seus empregados. A contribuição mensal da patrocinadora é limitada a 6% da folha de pagamentos, no mesmo percentual da contribuição do empregado participante, cujo mínimo é de 3% sobre o salário.

O plano de aposentadoria é na modalidade de contribuição variável, voltado aos seus participantes, empregados e respectivos dependentes, por meio de concessão e manutenção dos seguintes benefícios:

- (a) Suplementações de aposentadorias de seus participantes (benefício programado).
- (b) Suplementações de auxílio-doença de seus participantes (benefício de risco).
- (c) Suplementações de pensões deferidas a beneficiários de participantes falecidos (benefício de risco).

As contribuições dos participantes e da patrocinadora em 2018 foram, respectivamente, de R\$ 37.559 (R\$ 32.800 em 2017) e de R\$ 29.577 (R\$ 29.165 em 2017). Foi deliberada a concessão de contribuição adicional temporária de 2% nos saldos de conta dos participantes, acompanhando a contribuição individual de até 8% sobre o salário de participação. Essa deliberação ocorreu de acordo com estudo realizado com objetivo de elevar o saldo de conta dos participantes por meio de contribuição esporádica. Para custear essa contribuição serão utilizados os recursos do Fundo de Saldo Coletivo, até a sua exaustão. Tal fundo tem como origem os recursos de Tempo de Serviço Passado de participantes que não aderiram ao plano de benefícios.

Tanto a APS quanto os participantes são responsáveis pelo custeio das despesas administrativas e de manutenção do plano, conforme fixado por ocasião de Avaliação Atuarial, cujo plano de custeio é aprovado pela diretoria executiva da BB Previdência, responsável pela administração do plano.

A Avaliação Atuarial do Benefício Pós-Emprego consiste em dimensionar o compromisso e o respectivo custo atuarial gerado pelo Plano de Benefícios SARAHPREV, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), considerando os dados e as informações disponibilizadas, bem como as hipóteses e os parâmetros atuariais definidos pela patrocinadora, consubstanciados nos estudos de Duration do Passivo, previamente dimensionado pela empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda, bem como na análise técnica atuarial das demais hipóteses aplicáveis. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e o custo do serviço passado foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

O Plano de Benefícios SARAHPREV, no que se refere a obrigações de benefícios definidos, referentes à patrocinadora, estava assim configurado em 31 de dezembro de 2018:

Itens	2018	2017
Ativos e autopatrocinados	89.203	92.269
Aposentados e Pensionistas	36.841	45.220
Total	126.044	137.489

O total de contribuições normais reconhecidas como despesas no exercício de 2018, pela patrocinadora, montava a R\$ 29.577 da parte de Contribuição Definida (R\$ 29.165 em 2017).

b. Resumo de outras informações

O total dos benefícios no mês corresponde a R\$ 1.345 (R\$ 1.191 em 2017).

O total dos benefícios continuados anual corresponde a R\$ 17.491 (R\$ 15.477 em 2017).

c. Hipóteses e parâmetros atuariais adotados

(i) Considerações gerais sobre as premissas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

	2018	2017
Base de dados cadastrais foram coletados em	Setembro de 2018	Outubro de 2017
Natureza dos benefícios	Previdenciária	Previdenciária
Responsabilidade pelo financiamento do plano	Patrocinadora, Participantes e assistidos	Patrocinadora, Participantes e assistidos

(ii) Financeiras

	2018	2017
Taxa para desconto da obrigação atuarial	9,30% a.a.	9,69 % a.a.
Projeção de aumentos reais salariais médios anual	0,64% a.a.	0,64 % a.a.
Projeção de aumentos reais dos benefícios média anual	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,12% a.a.	4,02% a.a.
Taxa para desconto da obrigação atuarial	9,30% a.a.	9,69 % a.a.

(iii) Demográficas

	2018	2017
Taxa de rotatividade	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic, segregada por sexo	AT 2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	RP 2000 Disable	RP 2000 Disable
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Idade prevista para aposentadoria	Primeira Elegibilidade	Primeira Elegibilidade

(iv) Principais hipóteses e parâmetros

	2018	2017
Taxa para desconto da obrigação atuarial	9,30%	9,69% a.a.
Projeção de aumentos reais salariais médio anual	0,64% a.a.	0,64% a.a.

d. Componentes do custo/(receita) de benefício definido

	2018	2017
Custo total do serviço		
Custo do serviço corrente	6.894	6.177
Custo líquido total dos juros	(6.619)	(7.160)
Juros sobre a obrigação de benefício definido	13.080	13.860
Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(29.740)	(29.561)
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso	10.041	8.541
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da entidade	275	(983)
Redimensionamento incluído em outros resultados abrangentes		
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo)	(14.881)	(17.318)
Efeito da experiência do plano	(29.604)	(6.706)
Efeito da alteração das premissas financeiras	7.905	4.872
Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso (deduzido dos juros sobre o limite máximo de reconhecimento ativo/passivo oneroso)	35.242	17.157
Redimensionamento da obrigação de benefício definido	(1.338)	(1.995)
Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da entidade	(1.063)	(2.978)

e. Valor reconhecido no balanço patrimonial da entidade

<i>Status do plano de benefícios</i>	2018	2017
Obrigação de benefício definido	126.044	137.489
Valor justo do ativo do plano	<u>(344.342)</u>	<u>(309.442)</u>
Situa�o financeira do plano	(218.298)	(171.953)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	<u>148.921</u>	<u>103.639</u>
<i>Passivo / (ativo) líquido</i>	<u>(69.377)</u>	<u>(68.314)</u>

f. Reconcilia o do valor do passivo / (ativo) de benef cio definido

<i>Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano anterior</i>	<u>(68.314)</u>	<u>(65.336)</u>
Custo da obriga�o de benefício definido incluído no resultado da entidade	275	(983)
Redimensionamento da obriga�o benefício definido incluído em outros resultados	<u>(1.338)</u>	<u>(1.995)</u>
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido a partir do final do ano	<u>(69.377)</u>	<u>(68.314)</u>

g. Reconcilia o do limite m ximo de reconhecimento de ativo/ passivo oneroso

Limite máximo de reconhecimento ativo/passivo oneroso	103.638	77.940
Juros sobre limite máximo de reconhecimento ativo/passivo oneroso	10.042	8.541
Alteraq�o do limite máximo de reconhecimento ativo/passivo oneroso (deduzido dos juros do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso)	<u>35.241</u>	<u>17.158</u>
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	<u>148.921</u>	<u>103.639</u>

h. Reconcilia o da obriga o de benef cio definido

	2018	2017
Obriga�o de benefício definido no final do ano anterior	<u>137.489</u>	<u>128.872</u>
Custo do serviço corrente	6.894	6.176
Custo de juros	13.080	13.860
Efeito da experiência do plano	(29.604)	(6.706)
Efeito da alteraq�o de premissas financeiras	7.906	4.872
Benefícios pagos pelo plano	<u>(9.722)</u>	<u>(9.585)</u>
Obriga�o de benefício definido no final do ano	<u>126.043</u>	<u>137.489</u>

i. Reconciliação do valor justo do ativo do plano

	2018	2017
Valor justo dos ativos do plano no final do ano anterior	<u>309.442</u>	<u>272.148</u>
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	29.741	29.561
Rendimento do valor justo do ativo do plano	14.881	17.318
Benefícios pagos pelo plano	<u>(9.722)</u>	<u>(9.585)</u>
Valor justo do ativo do plano no final do ano	<u>344.342</u>	<u>309.442</u>

23 Partes relacionadas

Foram classificados como partes relacionadas os administradores da Associação e o Fundo de Pensão dos Empregados da Associação das Pioneiras Sociais. Neste contexto, as transações com partes relacionadas — Administradores — estão restritas às remunerações por meio de salários e benefícios.

24 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Entidade possui exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional e a Administração adota política conservadora no processo de gerenciamento desses riscos. Os comentários dos riscos aos quais a Entidade está exposta são apresentados conforme a seguir:

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Notas Explicativas nºs 7 e 8, bem como aos créditos orçamentários a receber, descritos na Nota Explicativa nº 9. O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado com relação a: i) aplicações financeiras, os recursos estão todos aplicados no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; e ii) créditos orçamentários a receber, trata-se de recursos derivados do Orçamento da União, previstos e executados anualmente por força de lei. Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desse ativo.

b. Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentadas nas Notas Explicativas nºs 7 e 8. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do CDI, com insignificante margem de alteração. A análise de sensibilidade quanto a flutuação do CDI está demonstrada na nota 25.1.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez está vinculado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. O acompanhamento e a gestão do fluxo de caixa pela área Financeira, que é projetado anualmente, permitem ações preventivas para a análise desta modalidade de risco na Entidade. Além disso, conforme demonstrado na

Nota Explicativa nº 7, o risco é minimizado pela prática de manutenção de saldo de disponibilidade compatível com a exigência do fluxo operacional da Entidade, evidenciando que a liquidez geral e corrente são positivas, e os recursos financeiros estão prontamente disponíveis e são provenientes da União, sendo a Entidade totalmente dependente dos repasses dos duodécimos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 - Contexto Operacional.

25 Instrumentos Financeiros

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Entidade está descrito na nota explicativa 6.o.

25.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos e passivos financeiros Em 31 de dezembro de 2018	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível I
Caixa e equivalentes de caixa	210.348	-	210.348	210.348
Aplicações financeiras	637.973	-	637.973	637.973
Créditos orçamentários a receber	-	2.728	2.728	-
Créditos com empregados	-	6.381	6.381	-
Outros créditos	-	4.372	4.372	-
Fornecedores	-	9.713	9.713	-
Outras obrigações	-	391	391	-
	848.321	23.585	871.906	

Ativos e passivos financeiros Em 31 de dezembro de 2017	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível I
Caixa e equivalentes de caixa	287.458	-	287.458	287.458
Aplicações financeiras	375.133	-	375.133	375.133
Créditos orçamentários a receber	-	58.090	58.090	-
Créditos com empregados	-	6.684	6.684	-
Outros créditos	-	2.660	2.660	-
Fornecedores	-	8.722	8.722	-
Outras obrigações	-	787	787	-
	662.591	76.943	739.534	

25.2 Análise de sensibilidade

A Associação realizou análise de sensibilidade de risco de mercado associada à taxa do CDI a qual seus instrumentos financeiros estão expostos. Foi utilizada no cenário de provável a taxa projetada para o próximo exercício. Para os cenários adverso e remoto foram estimados com uma desvalorização de 25% e 50% respectivamente, das taxas no cenário provável.

Variável de risco:	Saldo contábil	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Redução do CDI (%)	R\$ Mil	6,40%	4,80%	3,20%
Equivalentes de caixa	210.201	-	-	-
Aplicações financeiras	637.973	-	-	-
Total	848.174	-	-	-
Remuneração estimada	-	54.283	40.712	27.142
Efeito no resultado e no Patrimônio Líquido	-	54.283	(13.571)	(27.141)

26 Renúncia fiscal

A Entidade é imune à tributação sobre patrimônio, renda e serviços, em decorrência de sua personalidade jurídica ser de direito privado sem fins lucrativos, de interesse social e de utilidade pública nas áreas de saúde e educação.

Em 23 de outubro de 2017, protocolou junto ao Ministério da Saúde o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) através do processo n.25000.445552/2017-21/MS o qual foi deferido a concessão do certificado com validade pelo período de 23 de outubro de 2017 a 23 de novembro de 2020.

Em atendimento ao previsto na interpretação técnica geral - ITG 2002 (R1), a entidade relaciona a seguir os tributos objeto de renúncia fiscal: INSS patronal, Pis sobre folha de pagamento, Imposto sobre a propriedade de veículos automotores e Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

* * *

Lúcia Willadino Braga
 Presidente

Flávio Márcio Berçott
 Diretor-tesoureiro

Robson Baptista De Moura
 Contador
 CRC: MG 053.992/O-4T-DF